

OS NÚMEROS DOS PORTUGUESES E A UTILIZAÇÃO DO COMPUTADOR

—tema de debate na Assembleia Nacional

por Alves Fernandes

O plenário da Assembleia Nacional iniciou, ontem, a discussão na generalidade da proposta de lei que preconiza a institucionalização do Registo Nacional de Identificação. Depois de na reunião anterior haver sido divulgado o parecer da Comissão de Política e Administração Geral e Local, dois deputados (os engs. Alberto Alarcão e Correia da Cunha), subiram à tribuna para assinalar o interesse e importância da nova legislação sobre os números dos portugueses. Para hoje está prevista mais uma intervenção, devendo logo a seguir passar-se ao debate na especialidade, com a votação das bases da proposta.

O eng. Alberto Alarcão aplaudiu a proposta de lei, lembrando que ela está de harmonia com o progresso das técnicas de tratamento automático da informação. Dissertou sobre o registo civil da população e as vantagens da existência de um número codificado de identificação exclusivo e imutável. Não fazia investigação com sabor arqueológico («deixemos a história para os historiadores»), mas não deixava de citar Asimov e outros escritores de ficção científica, e, sobretudo, a humanização de «Multivac», o computador de Kubrick em «2001 — Odisseia no Espaço».

Reproduziu o orador vários trechos literários sobre o discutido filme, para melhor se entender a utilidade da reforma administrativa em curso, na qual tem pleno cabimento as modernas técnicas de tratamento automático da informação». O eng. Alberto Alarcão insistiu: «Multivac está a caminho. Multivac está mesmo em construção. Falou do uso da informática no domínio do planeamento e voltou a socorrer-se da ficção científica, de Asimov, de «Multivac». Pela sua parte, era conscientemente que perillava a tese de que nada há de válido a argumentar contra «Multivac», pois se trabalha para «Multivac» e se deseja «Multivac». É a humanização do computador, e humanização de «Multivac», que promete «uma estruturação perfeita da sociedade». As pertinentes razões justificativas da institucionalização do Registo juntava os não menos consistentes argumentos do computador final — o «Multivac» que Kubrik celebrou.

O testemunho do eng. Correia da Cunha

Por sua vez, o eng. Correia da Cunha revelou o interesse que o assunto lhe tem merecido há anos, ao ponto de estabelecer contactos com instituições es-

trangeiras. Atribuiu à proposta um significado do maior alcance e comentou algumas das suas incidências mais relevantes. Aludiu ao recenseamento, à mobilidade da população, ao fenómeno (do passado) das grandes migrações sazonais, ao surto de industrialização e das grandes obras públicas e às novas correntes de emigração, que vieram «agravar todo o processo de ajustamento das disponibilidades de mão-de-obra às necessidades da política de desenvolvimento em curso».

Vincou que não se pode imaginar uma política programada de ensino, de saúde, de previdência, de obras públicas ou, até, de uma campanha eleitoral conduzida dentro dos preceitos legais, se não for conhecida, com grande aproximação, a implantação espacial da população. Assim, a programação das várias políticas que interessam o sector público, e se interpenetram tão profundamente, só poderá ser feita se se souber, em cada momento, quantos somos, onde estamos, o que fazemos, e, se possível, o que queremos ser. Pôde, pois, concluir:

«Perante o cérebro electrónico do computador, cego como a justiça do Ministério que o alberga, vamos passar a ser todos iguais como somos, na realidade, ao nascer e ao morrer e nas necessidades vitais que caracterizam todo o ser humano. É sob o signo da justiça que vamos passar a pagar os nossos impostos; a prestar contas de todos os actos importantes da nossa vida de relação; a figurar, inclusive, nos cadernos de recenseamento eleitoral. Só assim ganharemos o estatuto de verdadeiros cidadãos. A que mais poderão aspirar todos os homens de bem que se preocupam com o destino do País, a sorte dos seus semelhantes e nada têm a esconder?»

A construção da nova rede de auto-estradas

No período que precedeu a ordem do dia, além de o dr. Valente Sanches haver requerido elementos sobre as receitas e despesas das Caixas de Previdência, houve quatro intervenções, respeitando duas à construção da nova rede de auto-estradas. A sr.^a D. Luzia Beija manifestou o regozijo do distrito de Setúbal, pelos troços a construir entre o Fogueteiro e aquela cidade e o de acesso ao novo aeroporto de Rio Frio, considerando ambos como essenciais para se atingirem as metas de desenvolvimento, que a região pretende.

Tendo em atenção, o aumento, sempre crescente, do trânsito e, ainda, a sobrecarga adicional causada pelo desenvolvimento dos novos pólos que vão surgir e inerentes movimentos de população, a intensidade do tráfego será, certamente, impossível de suportar, muito antes do primeiro semestre de 1979, pelo que deixava, também, expressa a preocupação

das populações do distrito e a esperança de se registar substancial redução, relativamente ao prazo previsto para a construção do troço do Fogueteiro a Setúbal.

Por outro lado, o sr. eng. J. P. Castelo Branco lembrou que as vias e meios de comunicação constituem uma das infra-estruturas mais essenciais ao desenvolvimento global da sociedade. Daí a necessidade de uma rede cada vez mais densa e melhor de estradas, como a que vai ser construída no plano de dotar o País com novas auto-estradas. E era de louvar o projecto aprovado, tanto mais que vão ser beneficiadas vastas regiões do interior, como os distritos de Viseu, Guarda e Castelo Branco.

Depois de chamar a atenção para os investimentos a aplicar em empreendimento de escala vulgar, acentuou que com o

traçado agora definido para a auto-estrada do Norte se optou pela solução natural de ordenamento do território, a qual vai ao encontro dos anseios profundos das populações interessadas e, simultaneamente, das realidades económicas subjacentes.

O desenvolvimento da ilha da Madeira

O professor Eleutério de Aguiar, a propósito da recente visita do Chefe do Estado à Madeira, ocupou-se de vários problemas da ilha, de que destacou os referentes aos transportes e infra-estruturas e ao abastecimento público. Observou que o recurso à importação, que está a generalizar-se, dada a falta de produção local, faz perder virtualidades e concorre para o constante agravamento do custo de vida.

PASSOS PERDIDOS

NOVA SEMANA — Começou outra semana de actividades parlamentares, por sinal mais curta, devido ao feriado de depois de amanhã. Até lá, ficará por certo esgotada a matéria em debate na ordem do dia (a institucionalização do Registo Nacional de Identificação), pelo que a partir do dia 5 de Dezembro se iniciará a apreciação da Lei de Meios, cujo parecer da Câmara Corporativa subiu já à Assembleia Nacional. Esta semana de três dias de funcionamento do plenário iniciou-se, de resto, com largo número de presenças, entre elas se contando a do dr. Sá Carneiro, que pela segunda vez participou nesta sessão legislativa. Mais de 70 deputados responderam à chamada e no decurso dos trabalhos estiveram ainda no hemiciclo mais uns quinze, o que fez com que a reunião fosse uma das mais concorridas deste período legislativo.

CONTESTAR — A intervenção que suscitou mais atenção — e mereceu viva controvérsia — foi a do prof. Miller Guerra, que em comovida evocação da vida e da acção do dr. Mello e Castro, teceu largas considerações acerca da vida nacional nos campos em que mais influência teve a dinâmica acção do extinto parlamentar, «personalidade rica e multifórm», como a classificou: o papel como dirigente político e a actuação no domínio da saúde e assistência social, no qual o dr. Mello e Castro se afirmou um dos precursores. Fez, a propósito, nova defesa das liberdades e das instituições democráticas sendo a sua posição objecto de protestos de vários deputados, cujos sentimentos foram vigorosamente expressos pelo deputado Francisco do Casal-Ribeiro, apoiado por alguns colegas entre os quais o eng. Duarte do Amaral e o dr. Cunha Araújo.

LIBERDADES — O prof. Miller Guerra, que era atentamente escutado por todos os sectores da Câmara, foi interrompido por várias vezes discordantes do pensamento que desenvolvia relativamente à evolução do regime e ao exercício das liberdades cívicas. O dr. Cunha Araújo viria a referir que «o regime é o mesmo», enquanto o deputado Casal-Ribeiro se insurgiu com a publicação de dois livros. Para o deputado Casal-Ribeiro «não haverá possivelmente tanta liberdade» quanta quereria o prof. Miller Guerra e para este «também não há tão pouca como desejava» o deputado Casal-Ribeiro. A controvérsia irá certamente continuar numa das próximas sessões, pois o deputado Casal-Ribeiro anunciou o propósito de voltar ao assunto, com uma intervenção. E o prof. Miller Guerra manifestou a intenção de continuar o diálogo interrompido.

A. A. + C. C. — Enquanto os parlamentares discordantes das declarações do prof. Miller Guerra se mantiveram por largo tempo em troca de impressões sobre a matéria que suscitara tanto calor no hemiciclo, os trabalhos acabavam por entrar na ordem do dia, subindo à tribuna o eng. Alberto Alarcão e, depois, o eng. Correia da Cunha, para exporem os seus pontos de vista sobre a projectada institucionalização do Registo Nacional de Identificação. Incluem-se ambos entre os poucos deputados que com mais frequência têm participado nos debates desta sessão legislativa, sendo de assinalar que o primeiro que já nas sessões anteriores revelara possuir grande consciência da sua missão, usa da palavra quase todos os dias acerca dos mais diversos assuntos. Ontem, invocou Isaac Asimov e falou da humanização de «Multivac», (o computador celebrizado pelo cineasta Kubrik em «2001 — Odisseia no Espaço»), tendo as suas considerações provocado tanto interesse ao ponto de muitos dos seus pares solicitarem, no final, o texto do discurso. Quanto ao eng. Correia da Cunha, confessou as suas grandes esperanças em que os computadores possam corrigir as injustiças e solucionar as aspirações do Homem. A ciência e a tecnologia também tiveram ontem o seu lugar de honra no plenário da Câmara Legislativa.

Insistiu na necessidade de se construir o mercado abastecedor e de se pôr em funcionamento um circuito de distribuição capaz de eliminar estrangulamentos. Congratulou-se com o programa de habitações económicas em execução e com os empreendimentos inaugurados pelo sr. almirante Américo Thomaz e fez votos para que não se repetam as condições da construção do novo hospital do Funchal, cujas obras importaram em 140 mil contos, para uma capacidade de 514 leitos, considerada inferior às necessidades comprovadas, além de a sua consecução levar cerca de dez anos. Afirmou, a este respeito:

«Esta «tronceira» não pode como é óbvio, ser aceite de ânimo leve, pela mesma população que vem assistindo à inauguração sucessiva de grandiosos complexos turísticos, concretizados no espaço de poucos anos. Confrontos desta natureza, entre os sectores público e privado, acabam, necessariamente, por levar as pessoas, com boas ou más intenções, a serem em dúvida o gigantismo da capacidade hoteleira, que também cresce à custa de «facilidades» oficiais, incluindo, nalguns casos, vultuosos financiamentos.»

A experiência política vivida pelo dr. Mello e Castro

O prof. Miller Guerra ao evocar a «personalidade rica e multifórm» do dr. Mello e Castro, debruçou-se sobre o interesse que ao falecido parlamentar lhe mereceram os problemas da política social, lembrando que como subsecretário de Estado da Saúde e Assistência deu rigor às suas concepções dos serviços médicos, hospitalares e médico-sociais. «Com a convicção e a tenacidade que punha em tudo quanto lhe parecia útil e justo — declarou —, defendeu a coordenação da Saúde com a Previdência, como os factos impunham e a lógica pedia». Mais tarde, na Assembleia Nacional, voltaria ao assunto do seguro social, apontando os erros e indicando as soluções: criar um departamento governativo responsável por toda a política e toda a administração da Saúde. O que preconizava em 1961 veio a ser instituído em 1970, com a coordenação dos Ministérios das Corporações e da Saúde e Assistência.

Considera o orador que a solução se lhe afigura agora im-



O prof. Miller Guerra e o deputado Francisco do Casal-Ribeiro, surpreendidos durante o diálogo que, ontem, estabeleceram sobre as liberdades cívicas

perfeita, pois o que há 12 anos era uma medida justa e relativamente fácil de executar, encontra agora obstáculos enormes».

Precisou: «A Previdência desenvolveu-se e fortificou-se, isto é, tornou-se um organismo extenso, poderoso e, talvez inexpugnável. Os hospitais não progrediram; pelo contrário, os centrais têm decaído».

Parece que a fórmula de coordenação vigente, não resolve as dificuldades de hoje, embora pudesse ter resolvido as do passado. Presentemente é de crer que seja preciso procurar outro modo de corrigir o mau funcionamento dos dois importantes sectores da Administração pública.»

Quanto ao papel do político, citou as preocupações e inquietações do sr. dr. Mello e Castro sobre a evolução do regime. Recordou posições assumidas e declarações feitas, como o discurso de 1966 na Assembleia Nacional, e a forma como saudou a mudança de Governo em 1968 e o seu desejo de começo de uma vida nova — «uma vida política europeia, como ele dizia». Referiu o pluralismo político que caracterizou a actuação do sr. dr. Mello e Castro como dirigente da U. N., tendo, a propósito, defendido o exercício das liberdades cívicas e as instituições democráticas, para concluir que a experiência vivida pelo saudoso homem público foi amplamente útil, «porque se manifestaram tendências que jaziam abafadas, porque se libertaram energias adormecidas, porque se abriu o caminho à iniciativa política, porque se clarificaram algumas posições.»

O sr. prof. Miller Guerra escutou protestos de vários deputados acerca das suas considerações sobre a evolução do regime e manteve animado diálogo com o deputado Francisco do Casal-Ribeiro, cujas opiniões foram perfilhadas pelo sr. eng. Duarte do Amaral e pelo sr. dr. Cunha Araújo, entre outros.